

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CÂMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

IVONE DE SOUZA CLARO RAMOS

REINSERÇÃO DO REEDUCANDO PENITENCIÁRIO NO MERCADO
DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

Cacoal / RO
2014

IVONE DE SOUZA CLARO RAMOS

**REINSERÇÃO DO REEDUCANDO PENITENCIÁRIO NO MERCADO
DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de Rondônia,
Câmpus Professor Francisco Gonçalves
Quiles, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: MSc. Lindsay de Oliveira
Mesquita Torres

Cacoal / RO
2014

REINSERÇÃO DO REEDUCANDO PENITENCIÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

Natureza: Projeto de artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, mediante banca examinadora formada por:

_____ Prof. ^a MSc. Lindsay de Oliveira Mesquita Torres	_____ Nota
--	---------------

_____ Prof.º	_____ Nota
-----------------	---------------

_____ Prof.º	_____ Nota
-----------------	---------------

Média

Agradeço primeiramente a Deus, que é o maior mestre que alguém pode conhecer, sendo meu alicerce cedendo forças em todos os momentos da minha vida, principalmente nestes anos como universitária.

Ao meu esposo Jerdson, homem com quem amo partilhar a vida. Obrigada pelo carinho, paciência e por sua capacidade de entender a minha ausência perante as dificuldades encontradas no decorrer do curso.

Aos meus filhos Jacson e Janequely, que Deus nos preparou e que muitas alegrias nos proporcionaram. Obrigada também por entenderem a minha ausência durante todas as tardes e algumas noites no decorrer do curso.

Agradeço a minha professora orientadora Lindsay de Oliveira, paciente e a peça fundamental para a conclusão desta pesquisa. E aos demais professores do curso Simone, Ademir, Lucélia, Adriano Camiloto, Geraldo Correa, Silas, Diogo, Ângela, Edmar e outros que não me recordo o nome mas que sempre serão lembrados com carinho especial.

A esta universidade, direção e administração que oportunizaram a janela de um novo horizonte, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço as minhas amigas em especial Andreia Féba, Maria José, Tatiane, Tássia e Taís Borges pelo auxílio em todos os momentos em que as procurei.

Serei eternamente grata a todos!

“Nunca se deixar silenciar pelo medo. Nunca se permita ficar na posição de vítima. Não deixe que ninguém defina sua vida, defina a você mesmo.”

Harvey S. Firestone

REINSERÇÃO DO REEDUCANDO PENITENCIÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO¹

Ivone de Souza Claro Ramos²

RESUMO

A reinserção profissional é o direcionamento do apenado ao mercado de trabalho, desta forma este artigo tem como objetivo analisar a reinserção profissional do reeducando penitenciário no mercado de trabalho no município de Cacoal/RO. A pesquisa apresenta método indutivo, com tipo de pesquisa exploratório e descritivo e abordagem qualitativa. As técnicas de coletas de dados foram à pesquisa bibliográfica, entrevista semiestruturada, observação não participante com amostra não probabilística intencional e por acessibilidade aplicada aos 36 reeducandos em processo de reinserção e 16 empresas do município. Os principais resultados demonstram que há disponibilidade de trabalho para o reeducando de acordo com suas competências, habilidades pessoais e profissionais, e não possuem dificuldades maiores para mantê-los, entretanto, o empregador por outro lado, recebe o reeducando com sensibilidade no intuito de ajudá-lo. Destarte os reeducandos dizem não sofrer discriminação por parte dos colegas de trabalho, o que é um ponto positivo, pois a discriminação é quase um caminho para a reincidência. E quanto à assistência adquirida pela APAC a maioria, disseram ter uma ótima assistência. As empresas predominantes são as de pequeno e médio porte, prevalecendo as de seguimento industrial e empresa pública. Em relação ao reeducando, o empregador não busca conhecer a vida particular do mesmo e afirmam que não os discriminam, mas deixam bem claro que é evidente o despreparo profissional por parte do mesmo. A visão do empregador referente aos aspectos que tem facilitado à reinserção-contratação de reeducando penitenciário é a respeito da responsabilidade social. Sugere-se que a pesquisa seja feita com o mesmo tema, reinserção profissional do reeducando penitenciário limitando-se a apenas um regime penal, com questionamento voltado a questões familiares e psicológicas referente ao reeducando.

PALAVRAS-CHAVE: Reinserção Profissional. Mercado de Trabalho. Reeducando Penitenciário.

INTRODUÇÃO

A reinserção do reeducando penitenciário no mercado de trabalho faz parte de uma questão social, sendo que este ao possuir emprego remunerado deixará de praticar delito evitando o retorno prisional, pois os mesmos encontram dificuldades em empregar-se, uma vez que a sociedade os rotula como “marginais”, dificultando a empregabilidade. Os reeducandos penitenciário não podem ser vistos como um problema apenas do governo, o Poder Judiciário tem papel fundamental como intérprete da lei, assegurando os direitos

¹ Artigo de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Professor Francisco Gonçalves Quiles sob a orientação da Prof.^a MSc. Lindsay de Oliveira Mesquita Torres como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

² Acadêmica do Curso de Administração Turma 2010/2. Email: jerdsonraielramos@hotmail.com

ditados na Lei de Execução Penal, atendendo as normas e regras dos princípios fundamentais e constitucionais bem como apresentando alternativas variáveis e eficazes, sem esvaziar os objetivos do legislador com a edição da norma (FREITAS, 2012).

A APAC é uma entidade civil de direito privado, dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Opera como entidade auxiliar dos poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto onde cada um possui normas e regras a serem cumpridas, haja vista que o mercado de trabalho está em constante mudança e crescimento, através deste processo os reeducandos buscam novas expectativas de futuro, a fim de obterem sua independência financeira e amadurecimento profissional.

Sendo assim, as empresas interessadas em contratação de reeducandos fazem convênio com a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), pois o homem para garantir a continuidade de sua espécie precisa satisfazer não somente as necessidades primárias, ou seja, beber ou comer, mas ainda satisfazer outras condições necessárias que se fazem vitais à sua sobrevivência, e o trabalho constitui uma relação de satisfação e realização.

Porém no decorrer das décadas o sistema prisional brasileiro adquiriu contornos espantosos de modo a se tornar motivo de preocupação para as autoridades e para a opinião pública. As constantes rebeliões que tratam a problemática das realidades e experiências vividas pelos presos, tem levado a sociedade a refletir de maneira mais amadurecida. Assim, a reinserção profissional é colocada, desde o contexto do cumprimento da pena como possibilidade para deixarem às práticas de delitos que o levam a exclusão social (AMARAL, 2012).

O reeducando penitenciário ao cumprir a pena imposta pela autoridade competente é consequentemente direcionado para resgatar os laços profissionais fragilizados. Para tanto esta pesquisa buscará responder quais são os fatores que influenciam na reinserção profissional de reeducando penitenciário no mercado de trabalho em Cacoal-Rondônia?

Para alcançar a resposta da pergunta problema lançada esta pesquisa tem como

objetivo geral: Identificar os fatores que influenciam na reinserção profissional do reeducando penitenciário no mercado de trabalho no município de Cacoal-Rondônia. E como objetivos específicos: Identificar os critérios adotados pela Associação de Proteção e Assistência ao Reeducando Penitenciário (APAC) referente a inclusão social dos reeducandos através do trabalho; verificar a percepção das empresas empregadoras que absorvem a mão de obra do reeducando no mercado de trabalho; verificar a percepção dos reeducandos quanto aos fatores que influenciam em sua reinserção profissional no mercado de trabalho e por fim descrever as dificuldades das empresas empregadoras e dos reeducandos no retorno ao trabalho em sociedade.

A presente pesquisa irá tratar sobre reinserção profissional, que significa o processo de levar o recluso para novo convívio em sociedade após o cumprimento das penas designadas pela justiça. Esta pesquisa tem relevante importância, uma vez que possibilita a correlação da teoria com a prática e sua aplicação na área da administração e gestão de uma organização sem fins lucrativos, que possibilita a inclusão social do reeducando penitenciário através do trabalho, pois a importância de estar proporcionando um percentual de atenção aos reeducandos independente do delito cometido é importante não só para o reeducando mas para a sociedade em geral.

A relevância na execução desta pesquisa é dividida em três âmbitos: o pessoal, social e científico. O âmbito pessoal é a motivação individual da acadêmica para a escolha do tema, que foi aguçada pela mesma no 6º período do curso. O âmbito social envolve a contribuição da pesquisa para a sociedade local, onde pretende-se levar os resultados da pesquisa aos órgãos competentes e a população em geral estimulando a criação de políticas públicas nesta área. A importância científica desta pesquisa está relacionada à criação de um estudo científico sobre o tema, pois há poucas produções acadêmicas realizadas nas instituições de ensino superior do município de Cacoal/RO, voltadas à reinserção profissional de reeducando penitenciário no mercado de trabalho.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico deste artigo é dividido em 6 (seis) subtópicos que buscam na revisão da literatura apresentar o contexto da reinserção profissional de reeducandos

penitenciário no mercado de trabalho, seus conceitos, definições e classificações. O esclarecimento das consequências que levam o indivíduo a prática de delitos. A relação existente entre o empregador o reeducando penitenciário e o mercado de trabalho. O processo de reinserção profissional do reeducando penitenciário e por fim, os demais fatores que influenciam neste processo.

1.1 A ATUAÇÃO DOS PROGRAMAS DE REINserÇÃO

No Brasil existem alguns programas de reinserção social, como o Começar de Novo, que é um dos pioneiros e que tem resgatado um percentual significativo de reeducando para o meio social, sendo assim o que assistimos no Brasil é a falta de inovação e os projetos que andam a passos lentos diante dos números de reeducandos, despertando preocupação principalmente da sociedade, pois é a que mais sofre com a criminalidade (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2009).

Visando auxiliar a Execução Penal, o magistrado Silvio Marques Netto, fundou a primeira Associação de Proteção e Assistência aos Condenados no ano de 1974, objetivando humanizar a Execução Penal, como afirma Santos (2011). As dificuldades penais pela qual passam os apenados são verificadas antes durante e depois, com objetivo de que o método de reinserção seja alcançado.

Contudo existem vários métodos, inclusive o método socializador da APAC que foi implantado em 1972 e espalhou-se por todo o território nacional. Já foram implantadas APACs na Alemanha, Argentina, Bolívia, Bulgária, Chile, Cingapura, Costa Rica, El Salvador, Equador, Eslováquia, Estados Unidos, Inglaterra e País de Gales. O modelo apaqueano foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em assuntos penitenciários como uma alternativa para humanizar a execução penal em tratamento penitenciário (FARIA, 2011).

O ser humano que nasceu em família sem grandes recursos, por consequência do destino, por falta de vontade, ou esforço próprio e que também não teve oportunidade de estudar e se qualificar acabam por descontentar seus dissabores na sociedade, além de lutar contra o estigma de egresso, ex-preso, reeducando penitenciário, sendo que os próprios jamais

se esquecerão da passagem pela prisão (SANTOS, 2011). Através de boas práticas sociais, o indivíduo que passou pela experiência da prisão poderá adquirir novamente o senso de utilidade, realizando ações que o manterão ativo.

Fazer parte de programa de ressocialização proporciona ao reeducando um meio de cumprimento de penas, sendo que para cada três dias trabalhados reduzem-se um dia da pena. A filosofia da APAC consiste em que, enquanto o sistema penitenciário comum piora ou até mata o homem criminoso, a APAC propõe “matar o criminoso e salvar o homem” (CAMARGO, 2006).

1.2 DEFINIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC)

A sigla APAC significa Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, é um modelo de penitenciária exemplar idealizada pelo Dr. Mário Ottoboni, com índices aproximados de 90% de ressocialização reconhecidos pela ONU com sede no Estado de Minas Gerais datado da década de 70, é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria dedicada à recuperação e reintegração dos reeducandos penitenciário a penas privativas de liberdade, bem como faz parte do terceiro setor (APAC BRASIL, 2014).

Os Centros de Reintegração Social de presos (CRS) trabalha nos três regimes, fechado, semiaberto e aberto conforme Butelli (2014) e adotam um método baseado na corresponsabilidade dos detentos (chamados recuperandos) pela sua recuperação e nas assistências espiritual, médica, psicológica e jurídica, prestada pela comunidade onde se situam. As APACs do Estado de Rondônia possuem convênios firmados com algumas empresas.

A principal diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum é que na APAC, os presos são corresponsáveis pela recuperação deles. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos mesmos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários (SILVA, 2011).

A metodologia APAC é composta por 12 elementos: participação da comunidade;

ajuda mútua entre reeducandos; trabalho; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; formação de voluntários; implantação de centros de reintegração social; observação minuciosa do comportamento do recuperando, para fins de progressão do regime penal; e a jornada de libertação com Cristo, considerada o ponto alto da metodologia e que consiste em palestras, meditações e testemunho dos recuperandos (PORTAL DO SIDOCA, 2013).

Filiadas à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), que as coordena e as fiscaliza, as APACs são mantidas com contribuições de seus sócios, de promoções sociais, doações, parcerias e convênios com o Poder Público e a sociedade civil e são instituições sem fins lucrativos (VASCONCELLOS, 2010). O Estado tem demonstrado através das políticas sociais de inclusão do reeducando que está ciente da incapacidade das prisões em reeducar seus detentos que por vias de fato são absorvidos pelos programas para inclusão no trabalho objetivando, sua reintegração social.

O objetivo da APAC é promover a humanização do condenados pela autoridade competente, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito é evitar a reincidência dos criminosos e oferecer alternativas para o condenado se recuperar. Uma das alternativas são os Centros de Reintegração Social que se utilizam do método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), trata-se de um tipo de presídio humanista que não utiliza polícia e os recuperandos passam por um conjunto de rotinas rígidas de atividades para a sua recuperação e os próprios possuem as chaves da porta de saída (EVANGELISTA, 2011).

A APAC considera os presos como reeducandos, partindo do pressuposto de que todo ser humano é recuperável, desde que haja um tratamento adequado (FUZZATO, 2009). Porém cada reeducando deve cumprir normas e regras ditadas pela Associação, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, o trabalho deve ser uma das ferramentas essenciais da transformação e da socialização progressiva dos reeducandos.

1.3 REGIME PRISIONAL

Para cumprimento da reprimenda, o Código Penal brasileiro prevê no artigo 32 os

tipos de penas a serem aplicados. São penas privativas de liberdade, restritivas de direito e de multa. Ante o objeto estudado limitaremos o estudo nas penas privativas de liberdades. Assim, conforme acima preceituado o cumprimento de pena pode ser no regime fechado, semiaberto ou aberto, em face de tamanho da reprimenda imposta e reincidência do sentenciado, mas este estudo limita-se ao regime semiaberto e aberto. Para cumprimento de pena no regime aberto, o artigo 33, §, 2º, b, como anteriormente descrito, preceitua que a reprimenda aplicada ao reeducando, necessariamente precisa ser superior a 4 anos e inferior a 8 anos de reclusão, além de não ser reincidente.

Segundo Greco (2010) o condenado que exerça uma atividade laboral sem registro, a exemplo de venda de produtos de forma autônoma, faxina em residência, lavagem de carro, também poderá ser inserido no regime aberto, isso por causa que o desemprego ainda assola o país. Obviamente que a atividade desenvolvida pelo reeducando será fiscalizada, para fins de justificação como diz a Lei de Execução Penal em seu art.118.

O reeducando que estiver em regime semiaberto e aberto, poderá trabalhar fora do estabelecimento prisional sem vigilância, desde que a empresa empregadora seja conveniada com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), ou seja, trabalham durante o dia e recolhe-se à casa do albergado durante o período noturno. O regime aberto é o final, o livramento condicional, a exemplo dos demais regimes, o aberto pode ser determinado com normas e regras para o cumprimento final da punição legal (MOSSIN, 2010).

Os reeducandos que estão em regime semiaberto e aberto devem cumprir horário de saída e de chegada no albergue, são monitorados o caminho percorrido para chegar até a empresa é monitorado e alguns usam tornozeleira, dependendo da situação processual o reeducando tem liberação para pousar em casa.

1.4 O REEDUCANDO PENITENCIÁRIO EM RELAÇÃO AO TRABALHO

O reeducando do sistema prisional brasileiro passa por grande dificuldade em encontrar emprego formal, ante o preconceito da sociedade e até mesmo a falta de qualificação profissional, dificilmente o sistema penitenciário comum ou convencionado irá prepará-lo para deixar de ser um transgressor da lei. A Lei de Execução Penal (LPE) de 1984

estabelecida em favor da Execução Penal no sistema brasileiro, estabeleceu o trabalho penitenciário, como dever social e condição de dignidade humana, tendo finalidade educativa e produtiva (PINHEIRO, 2012).

Em Roma, conforme afirma Teixeira (2004) o recolhimento não era empregado como pena propriamente dita (pena de morte, banimento, exílio, trabalho forçado, castigos corporais), mas sim como um local onde o condenado era retido temporariamente até pagar sua dívida.

Em 1890 foi abolida a pena de morte no Brasil, iniciando o regime penitenciário de caráter confessional, com intuito de ressocializar e reeducar o preso, mas antes disso, a pena de morte no Brasil era aplicada a mais de setenta infrações. Mas logo veio a se restringir apenas para os casos de homicídio, latrocínio, e insurreição de escravos (BESSA; ARAÚJO, 2012).

Para que o reeducando penitenciário possa se firmar no mercado formal de trabalho, o Governo deve cumprir o disposto na LEP. O trabalho torna-se importante na conquista de valores morais e materiais, a instalação de cursos profissionalizantes possibilita a resolução de dois problemas, um cultural e outro profissional, pois através do trabalho que será reduzido o número de reeducandos no sistema prisional, devido à superlotação torna-se muito difícil efetivar o disposto na lei referente ao trabalho do preso, que é inclusive previsto como sendo um de seus direitos (NETO et al, 2009).

O Estado, através de seus estabelecimentos prisionais encontra-se em dificuldades financeiro-econômicas de propiciar e de supervisionar a atividade laboral dos reeducando, sendo que na maioria das vezes, quando essas atividades são oferecidas, elas têm pouca aceitação pela sociedade empresarial, ou não é devidamente adequado às exigências do mercado de trabalho, o que acaba não requalificando o preso como mão de obra apta a retornar e a concorrer a uma vaga neste campo tão competitivo (ASSIS, 2007).

Sendo assim, é necessário que a situação dos reeducandos sejam revistas e reavaliadas na intenção de proporcionar oportunidade começando pela sociedade que nem sempre oferece tratamento adequado, o que desencadeia resposta por parte do reeducando, que cometem novos delitos, deixando a sociedade e as autoridades preocupadas com o

consequente retorno do sujeito para as penitenciárias.

No entanto, faltam ações por parte do Governo e da sociedade, no momento em que a legislação de execução penal brasileira valoriza o ser humano e prevê sua reinserção na sociedade livres de práticas ilegais. O sistema penal contemporâneo está baseado na valorização do ser humano. Dessa forma, proíbe-se a pena de morte, a prisão perpétua, os trabalhos forçados, o banimento e as penas cruéis. No Brasil, essa proibição encontra-se no artigo 5º, inciso XLVII da Constituição Federal, conforme Teixeira (2004, p.19). Lado a lado com as críticas, continua a conviver no seio da sociedade o desejo de encontrar uma solução para a reabilitação da massa carcerária, evitando as reincidências, o aumento da violência e da criminalidade.

Como escreveu Foucault (1987), a sociedade sabe que as prisões e seus modelos de funcionamento são inadequados, mas não “vê” uma forma diferente de fazê-la funcionar com precisão. Nesse sentido é importante que as autoridades governamentais dispensem atenção necessária suficiente ou criem mecanismo como projetos para resgatar físico e psicologicamente a população de reeducandos penitenciário.

1.5 O TRABALHO COMO FATOR RESSOCIALIZANTE

O trabalho para os reeducandos significa um dos meios mais importantes para que sua dignidade seja resgatada sendo imprescindível por uma série de razões: do ponto de vista disciplinar, evita que os reeducados fiquem a deriva dando espaço para maus comportamentos e efeitos corruptores do ócio e contribui para manter a ordem; do ponto de vista social é necessário que o homem trabalhe para conservar seu equilíbrio orgânico e psíquico; do ponto de vista educativo o trabalho contribui para a formação da personalidade do indivíduo; do ponto de vista econômico, permite ao recluso dispor de algum dinheiro para suas necessidades e para subvencionar sua família; do ponto de vista da ressocialização, o homem que conhece um ofício tem mais possibilidades de fazer vida honrada ao sair em liberdade (MIRABETE, 2004, p. 90).

Mas a prisão também se fundamenta como papel de transformar indivíduos. A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo, deve tomar a seu cargo todos os aspectos dos

indivíduos: seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento, sua atitude moral, suas disposições, enfim ela dá um poder quase total sobre os detentos (LEMOS et al, 1998). Somente possui o direito de realizar trabalho externo, o reeducando que estiver em regime aberto, poderá sair para trabalhar e frequentar cursos profissionalizantes. Conforme diz a Lei de Execução Penal em seus artigos abaixo citados.

Direitos do preso (art. 38 – CP): todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade do preso serão conservados. Trabalho do preso (art. 39 – CP): será sempre remunerado, conservando-se os benefícios da Previdência Social. O reeducando penitenciário é remunerado, pois ele possui despesa financeira pessoal.

Mirabete (2000, p.100) manifesta: “nada impede que esse trabalho seja prestado às empresas privadas ou de caráter autônomo, assim se refere o art. 36 da Lei de Execução Penal (LEP)”:

O art. 36 regulamenta o trabalho externo, expresso no artigo a seguir: Art. 33. A jornada normal de trabalho não será inferior a 6 (seis) nem superior a 8 (oito) horas, com descanso nos domingos e feriados. Parágrafo único. Poderá ser atribuído horário especial de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal. Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

Nucci (2010, p. 997) afirma que havendo integração da comunidade, através de organismos representativos, no acompanhamento da execução as penas tornam-se as maiores na probabilidade de recuperação do condenado, até porque quando findar a pena, possivelmente já terá apoio garantido para sua reinserção social, mormente no mercado de trabalho. Há quem sustente que a pena deve ter função retributiva pelo dano causado, outros valorizam o aspecto intimidativo, que visa reprimir futuros atos ilícitos e outros ainda afirmam que a pena deve ter caráter reeducativo. Parece ser essa última opção mais condizente com a nossa realidade. No mesmo sentido há quem possa lembrar:

[...] que no Brasil o trabalho nas prisões foi introduzido na cadeia brasileira pelo Estado Imperial Brasileiro, mediante uma mudança no conceito de prisão que passou a ter o objetivo de reprimir e reabilitar, apostando na reforma moral do criminoso. Para a sociedade o reeducando sempre será estigmatizado, por causa de seu comportamento perante as normas ditadas pelo poder público (JULIANO, 2009).

1.6 REQUISITOS PARA A REMIÇÃO PENAL

Segundo Barreto (2009) antes de explorar efetivamente este tema, é necessário que

se faça uma sucinta análise acerca do trabalho efetuado pelo apenado, o qual tem importante relação com a remição penal, pois a LEP (Lei de Execução Penal) de 1984 em seu artigo 126 determina que a cada 3 (três) dias trabalhados reduz-se um dia de pena, e 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar, atividade de ensino fundamental, médio inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda requalificação profissional divididas no mínimo em 3 (três) dias.

O Direito Penal brasileiro adota o chamado “Sistema Progressivo”, estabelecendo três regimes de cumprimento da pena: Fechado, Semiaberto e Aberto (CP, Art. 33, caput). O regime fechado deverá ser cumprido em estabelecimento de segurança máxima ou média; o semiaberto em colônia agrícola ou similar; e o aberto em Casa de Albergado ou estabelecimento adequado. O regime estabelecido na decisão condenatória leva em consideração as circunstâncias judiciais (CP, art. 59) o tempo da pena ou a natureza do delito. O condenado com pena superior a 8 anos deverá cumpri-la em regime fechado (CP, art. 33, parte 2, a), o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 anos poderá cumpri-la em regime aberto, a pena é uma resposta de punição a quem violou normas e regras ditadas pelo Estado (FREITAS, 2012).

Ainda conforme Freitas (2012) os requisitos exigidos para progressão ao regime aberto se encarregam de enorme relevância jurídica e social por se apresentarem como definidores do retorno do condenado ao convívio social. Cada vez mais se discute sobre os critérios e as cautelas utilizadas pelos magistrados ante os elevados índices de recidiva criminal. A exigência do trabalho ou de proposta formal de emprego como condição essencial pode constituir um obstáculo intransponível diante da escassez de vagas no mercado de trabalho e dos inúmeros ramos informais. O Art. 114 especifica somente poderá ingressar no regime aberto o condenado que:

I – estiver trabalhando ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente.

II – apresentar, pelos seus antecedentes ou pelo resultado dos exames a que foi submetido, fundados indícios de que irá ajustar-se, com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao novo regime (LEP 84).

Por outro lado, a reeducação e o trabalho são fatores indispensáveis à recuperação do apenado, além de proporcionar soluções jurídicas adequadas a uma visão constitucional capazes de transpor os obstáculos e dar condições de controle de eventual retorno ao mundo da criminalidade. Em 1918, foi criado na cidade americana de Auburn, um modelo de prisão,

que ficou conhecido como Auburniano ou SilentSystem que aplicava como método terapêutico o silêncio e o trabalho, os prisioneiros dormiam em celas individuais e trabalhavam durante o dia, não podendo se comunicar nem por gestos (WALTERS, 2003, p.30).

1.7 DA CASA DO ALBERGADO

A casa do albergado tem função de receber o indivíduo em regime semiaberto e aberto ou que comprove a possibilidade de trabalho, quando apresentar, resultado de exame a que foi submetido e consequentemente terá condições de ajustar-se com autodisciplina e senso de responsabilidade, ao trabalho, fora do estabelecimento penal e sem vigilância.

Conforme cita o artigo 114 da LEP (1984), o reeducando que estiver no regime semiaberto e aberto pode trabalhar durante o dia e retornar à tarde para pousar no albergue. A prisão albergue é destinada ao cumprimento da sanção privativa de liberdade em regime aberto e da pena de limitação de final de semana, a expressão prisão albergue refere-se a uma simples prisão noturna, sem obstáculos para fuga, pois é impossível treinar o homem para a liberdade em ambiente da prisão fechada.

De acordo com a doutrina de Greco (2010, p.107) o regime aberto é uma ponte para a completa reinserção do condenado na sociedade. O seu cumprimento é realizado em estabelecimento conhecido como Casa do Albergado. Lembrando que a guia de recolhimento também é uma exigência para o regime aberto, isso porque o art. 107 da Lei de Execução Penal de 1984 determina que ninguém será recolhido, para cumprimento da pena privativa de liberdade, sem a guia expedida pela autoridade judiciária.

O regime aberto, por seu turno, baseia-se na autodisciplina e no senso de responsabilidade do condenado, conforme rege o artigo 36, caput, do Código Penal. Sendo assim, para segurança e bem estar da sociedade a pena é cumprida na casa do albergado, cujo estabelecimento necessita se localizar em um centro urbano, separado de outros prédios e principalmente, não pode conter obstáculos físicos à fuga, ou seja deve ser de fácil acesso artigo da Lei de Execução Penal (QUINTINO JUNIOR, 2011).

O descaso do sistema penitenciário brasileiro é notório, há tempos tornou se objeto

de urgente e indispensável intervenção Oliveira (2008, p.18). O sistema carcerário no Brasil apresenta problemas de abandono e desordem, ante a falta de estrutura nos presídios, onde o preso possa viver sua individualidade, separação por tipo e tamanho de pena, o que sempre tem causado rebeliões e destruição de vidas e do patrimônio público.

Conscientizando-se de que a principal solução para o problema da reincidência passa pela adoção de uma política de apoio ao reeducando, fazendo com que seja efetivado o previsto na Lei de Execução Penal, pois a permanecer de forma atual, o reeducando penitenciário desassistido de hoje continuará sendo o criminoso reincidente futuramente.

2 METODOLOGIA

Os tipos de pesquisa foram o exploratório e descritivo. O exploratório por analisar alguns casos sem maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito. E o descritivo, por acrescentar na pesquisa os registros e descrições dos fatos observados pela pesquisadora, sem a interferência neles (GIL, 1999).

O método utilizado para realização da pesquisa foi o método indutivo onde Gil (1999) explica que é o método que parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares que tem como objetivo primordial a descrição de determinada população fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, que segundo Lakatos e Marconi (2007) refere-se a abordagem e distinção entre leis e teorias do ponto de vista da qualitativa, a possibilidade de formular relações entre características observáveis ou experimentalmente determináveis de um objeto de estudo classe ou fenômeno.

As técnicas de coletas de dados utilizadas foram a pesquisa bibliográfica que para Lakatos e Marconi (2007) é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais relevantes com o tema, por meio de livros, artigos científicos já publicados, documentos, dissertação de mestrado,

periódicos de conclusão de curso, livros, teses de doutorado, sites na internet, com objetivo de revisar na literatura qual é o contexto do tema, levantando os principais autores e pesquisadores.

Para maiores informações, foi aplicado um questionário (APÊNDICE B) para os reeducandos do sistema penitenciário com 31 questões abertas, com objetivo de descobrir o perfil e sua percepção quanto ao mercado de trabalho em Cacoal-Rondônia. O período de aplicação foi do dia 10 de setembro de 2014 a 15 de outubro de 2014. Ainda foi aplicado um questionário (APÊNDICE C) para o empregador contendo 16 questões fechadas e uma aberta, a fim de verificar os fatores que influenciam na absorção de reeducandos penitenciário que estão em regime semiaberto e aberto, adaptado Reis *et al* (2010) e Santos (2003).

Foi utilizada entrevista semiestruturada que segundo Gil (1999) pode-se definir como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação, a entrevista foi feita com o presidente da APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) (APÊNDICE A), contendo 5 (cinco) questões abertas, na área de gestão administrativa referente a reinserção profissional de reeducandos penitenciário no mercado de trabalho do município de Cacoal.

A forma de seleção destes sujeitos foi por acessibilidade cujos elementos foram selecionados pela facilidade de acesso, onde a acadêmica determinou o tamanho da amostra não probabilística (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Para que este artigo possa garantir a dignidade e o respeito à autonomia dos sujeitos participante foi necessário que os integrantes assinassem o termo de Livre Consentimento Esclarecido, compactado e inserido no final da entrevista e dos dois questionários no caso da coleta de dados via recurso eletrônico, onde foi devidamente esclarecido as empresas participantes que era uma pesquisa científica e que ao coletar os dados a acadêmica estava automaticamente autorizada a utilizaras respostas como dados para a pesquisa. Para manter idoneidade dos sujeitos participantes foram codificados: Rp1 a Rp17 para reeducando penitenciário, E1 a E31 para empregador e P1 para o entrevistado.

O local da aplicação dos questionários para os reeducandos penitenciário foi na casa do albergado, com aplicação coletiva (método mais adequado depois de algumas tentativas

individuais). Também se aplicou os questionários individualmente para cada empregador que contratam os apenados.

3 RESULTADOS E ANÁLISES DOS DADOS

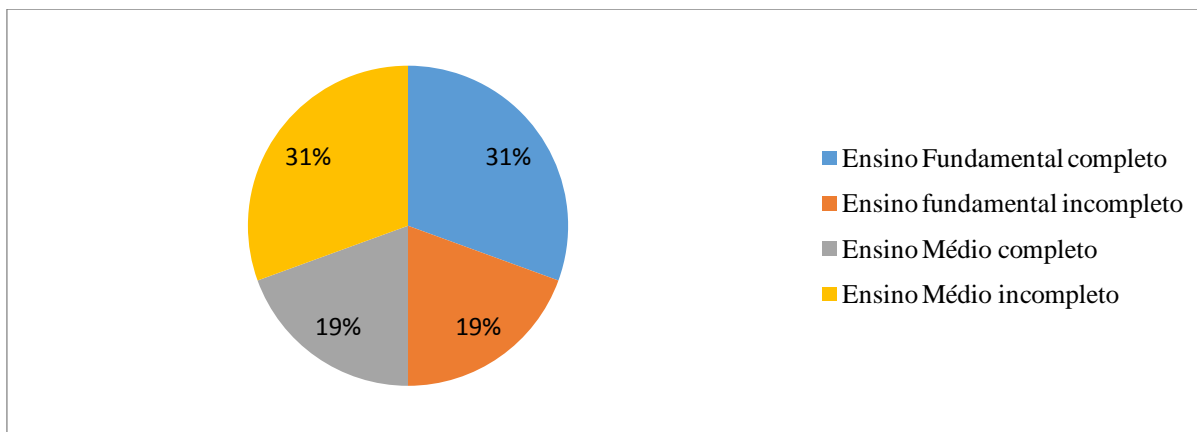
As informações e interpretações foram realizadas mediante a organização dos conteúdos que foram absorvidos mediante a coleta de dados, sendo desenvolvido através das evidências resgatadas a partir da aplicação dos questionários e entrevista, com a fundamentação teórica e complementado com a análise da pesquisadora.

3.1 PERCEPÇÃO DO REEDUCANDO PENITENCIÁRIO

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram os reeducandos penitenciário que estão em regime aberto e semiaberto, selecionados conforme exposto nos procedimentos metodológico e os empresários empregadores desta mão-de-obra, além de uma entrevista com o responsável pela APAC. Os reeducandos são considerados de extrema importância para a pesquisadora, sendo dividida a percepção destes primeiramente na descrição do perfil dos sujeitos participantes, seguidos da visão que os mesmos têm sobre os fatores que influenciam em sua própria reinserção profissional.

3.1.1 Perfil dos Reeducandos Penitenciário

Os sujeitos participantes questionados foram compostos por 36 pessoas do sexo masculino. A faixa de etária foi diversificada entre os participantes, sendo 42% na faixa de 20 a 30 anos; 39% na faixa de 31 a 40 anos; 14% na faixa de 41 a 50 anos; 5% acima de 50 anos. Com relação ao estado civil analisou-se que 33% são amasiados; 31% solteiro; 25% casado; 11% separado. Em relação à quantidade de filhos: 26% não têm filhos; 26% disseram que tem apenas 2 filhos; 23% tem 4 filhos; 14% tem apenas 1 filho e 11% tem mais de 5 filhos. Referente à cor dos participantes predominou-se com 39% o negros; sendo 25% de brancos e 25% de pardos; amarelo 6% e indígena 5%. O Gráfico 1 abaixo descreve o grau de escolaridade destes apenados.

Gráfico 1: Escolaridade

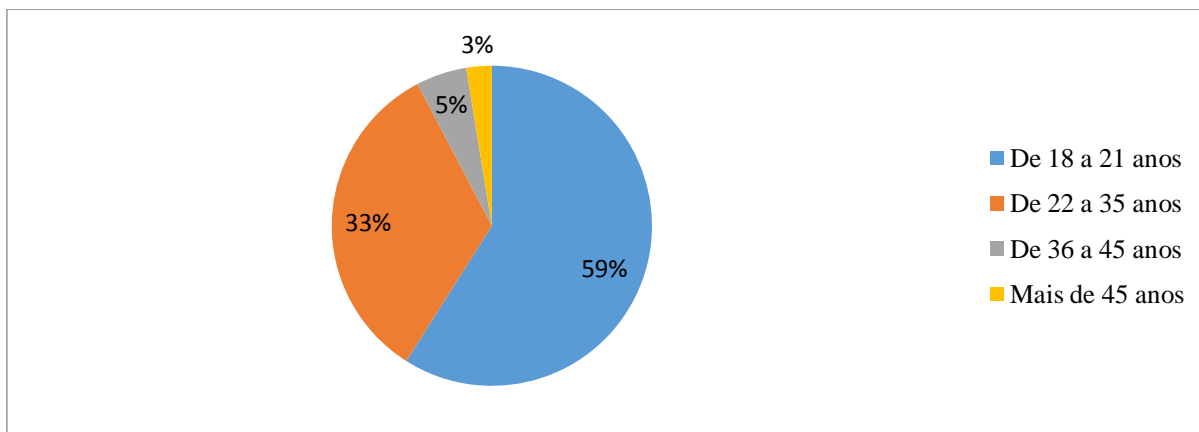
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A escolaridade dos sujeitos se estabeleceu da seguinte forma 31% possuem ensino fundamental completo; 31% ensino fundamental incompleto; 19% ensino médio completo e 19% ensino médio incompleto. Isso demonstra que a grande maioria não possui um nível de escolaridade acima do ensino médio.

Quanto ao domicílio o que predominou foram os que moram na periferia da cidade com 72%, seguidos de 14% que moram no centro e 14% os que moram na zona rural. Quanto ao número de pessoas que residem na casa 61% responderam, acima de 5 pessoas e 39% de 2 a 5 pessoas.

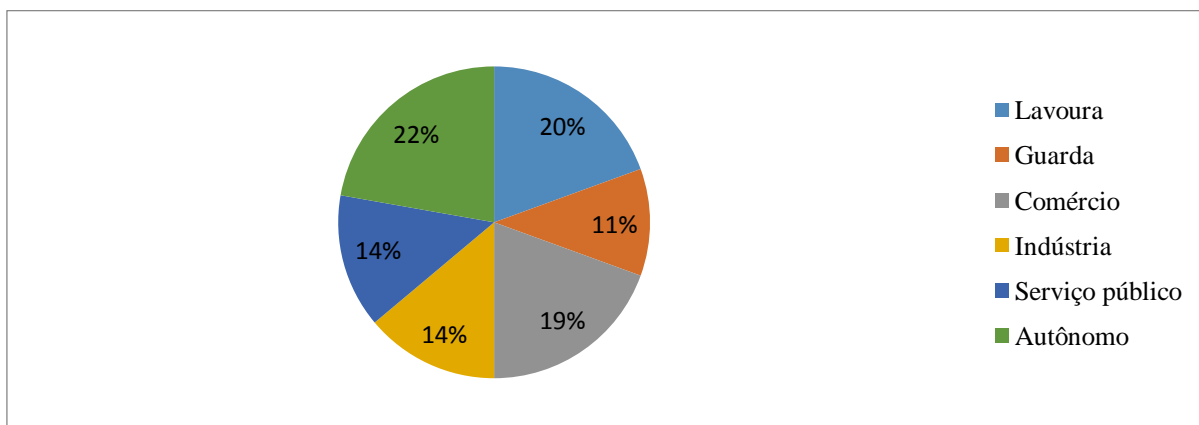
Referente a orientação religiosa 100% receberam orientação o que condiz com um dos métodos da APAC, a orientação religiosa é considerada o ponto alto da metodologia que consiste em palestras, meditações e testemunho dos recuperandos (PORTAL DO SIDOCA, 2013). São fatores reafirmados por Buteli (2014) que adotam um método baseado na corresponsabilidade dos detentos (chamados recuperandos) pela sua recuperação e assistência espiritual.

Quanto ao tempo em que ficaram presos, as respostas variaram entre 34% de 4 a 5 anos; 24% de 1 a 3 anos; 24% de 6 a 10 anos e 18% de 11 a 20 anos de prisão. Quanto à pergunta se outra pessoa da família já foi presa, 32% responderam que os primos; 22% sobrinhos; 24% pai e apenas 8% mãe. O Gráfico 2 demonstra a idade que começaram a praticar ações contrárias as leis descritas pela sociedade.

Gráfico 2: Idade que cometeu o primeiro delito

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Predominou os mais jovens com 59% de 18 a 21 anos; 33% de 22 a 35 anos contra 5% de 36 a 45 anos e 3% com mais de 45 anos, deixando evidente que a maioria dos que cometem infrações são jovens, provavelmente por serem mais inconsequentes. Com relação ao trabalho que realizavam antes de cometerem o delito observa-se o resultado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Trabalho antes de cometer o delito

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

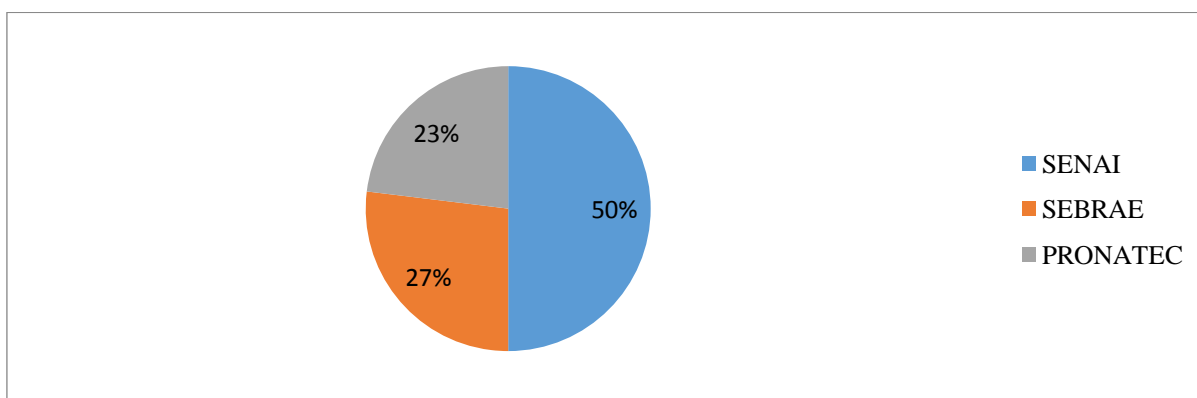
De acordo com o gráfico 22% trabalhavam como autônomos; 20% na lavoura; 19% no comércio; 14% no serviço público; 14% em indústrias e 11% como guarda de segurança. O que condiz com Greco (2010, p.111) o condenado que exerça uma atividade laboral sem registro, a exemplo de venda de produtos de forma autônoma, faxina em residência, lavagem de carro, também poderá ser inserido no regime aberto, isso por causa do desemprego que ainda assola o país.

Quanto à idade que começou a trabalhar o percentual é de 75% de 12 a 17 anos; 19% de 7 a 11 anos e 6% de 18 a 21 anos. Na Constituição Federal de 1988, o trabalho foi inserido expressamente como direito social, tornando-se um dos pilares da República Federativa do Brasil reconhecendo no seu exercício dignidade humana, uma vez que o homem que trabalha adquire bem estar social, se sente útil, além de proporcionar ajuda financeira a seus familiares. Referente a situação processual 69% são reincidentes e 31% são primários.

3.1.3 Educação profissional no processo prisional e o mercado de trabalho

O objetivo primordial é fornecer ainda durante o cumprimento da pena, uma base que também podemos nomeá-la de educação profissional, além de noção cívica e suporte psicológico, como são assegurados pelo artigo 41 da Lei de Execuções Penais (Lei 7.210, de 11 de junho de 1984), ainda Madeira (2005) reforça que a assistência ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir à convivência em sociedade. No quesito local dos cursos realizados enquanto estavam presos destaca-se a distribuição a seguir no Gráfico 4.

Gráfico 4: Local dos cursos realizados durante cumprimento da pena



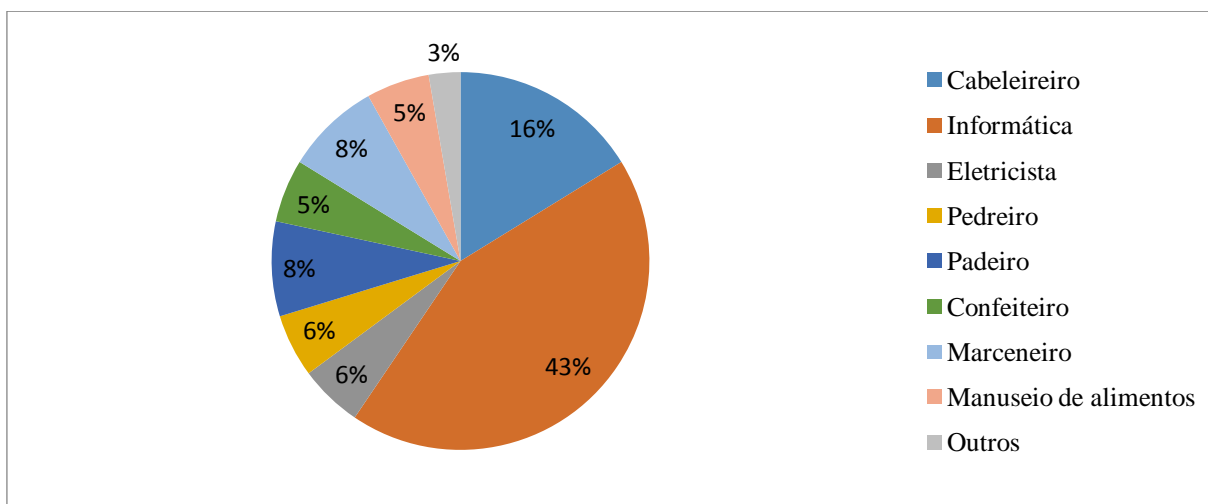
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Referente aos cursos realizados enquanto cumpria pena, a maioria de 50% responderam ter feito cursos no Senai, uma instituição que oferece muitas opções de cursos e também oferta maior em número de vagas; o restante ficou dividido entre 27% no Sebrae e 23% no Pronatec.

Quanto à ocupação, ou seja, se trabalhavam enquanto faziam curso 75% confirmaram que sim contra 25% que informaram que não faziam curso na época em que

trabalhavam. No item sobre se aprenderam a profissão, 67% responderam que não aprenderam o ofício, enquanto que 33% disseram que houve aprendizado. Em relação aos cursos oferecidos os que tiveram maior preferência encontram-se representados pelo Gráfico 5.

Gráfico 5: Cursos frequentados durante o processo prisional



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O curso mais frequentado foi o de informática com 43%, seguido por 16% de cabeleireiro; os outros cursos foram fracionados da seguinte forma: 8% padeiro; 8% marceneiro; 6% eletricista; 6% pedreiro; 5% manuseio de alimentos; 5% confeiteiro e 3% responderam outros, como artesanato e pintura.

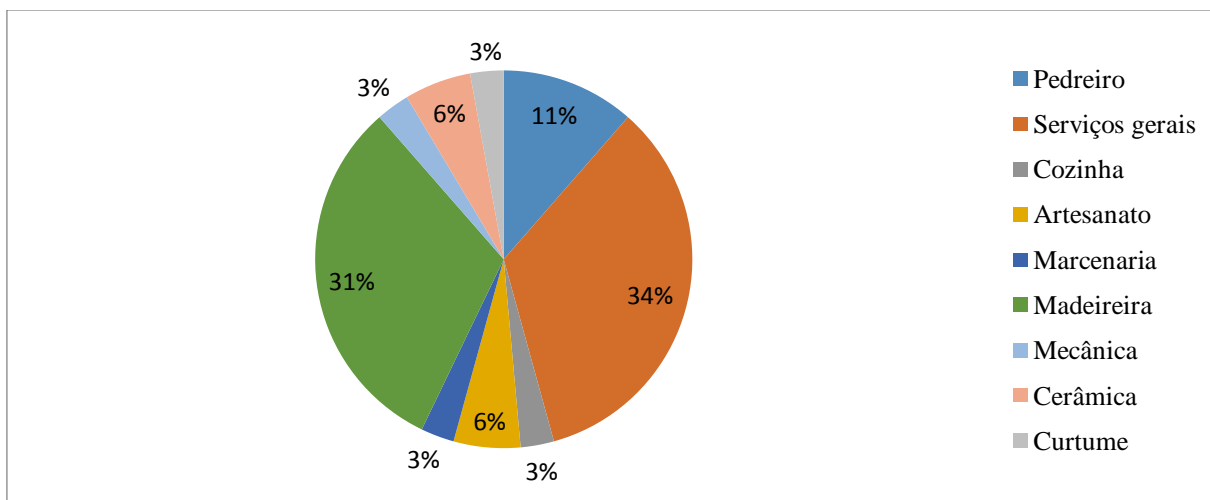
Assim como afirma Foucault (1987) a execução da pena busca o ajustamento do indivíduo preso às regras disciplinares, sendo um de seus objetivos a profissionalização. Quanto aos cursos profissionalizantes contribuíram para seu crescimento profissional 83% disseram que sim contra 17% que disseram que não contribuiu para o seu crescimento. Se estes cursos contribuíram para arrumar emprego, 67% disseram que facilitou enquanto 33% disseram que não facilitou sua entrada no mercado de trabalho.

Em relação a pergunta se quando estiverem em liberdade irão exercer a profissão que aprenderam no curso 56% disseram que sim, enquanto 44% responderam que não.

Quanto às dificuldades em conseguirem emprego após a saída da penitenciária com

assistência da APAC, 53% responderam que não tiveram dificuldade, enquanto 47% disseram que houve dificuldades. Com relação aos setores em que mais trabalham enquanto cumprem as penas, segue o Gráfico 6 abaixo.

Gráfico 6: Setor que mais trabalham enquanto cumprem a pena



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Com relação aos setores que mais trabalham enquanto cumprem a pena: 34% responderam que em serviços gerais; 31% em madeireira; 11% de pedreiro; 6% em cerâmica, seguidos com 3% em mecânica, curtume, cozinha e marcenaria. Alguns setores correspondem com os que foram descritos no gráfico anterior sobre os cursos que realizaram, o que não condiz muito com o quesito se o curso ajudou a encontrar o trabalho.

3.1.2 Visão do Reeducando Penitenciário

Com relação a se manterem no emprego 78% responderam que não encontram dificuldades nenhuma, contra 22% que tem encontrando dificuldade. Quanto ao retorno para o mesmo trabalho que exerciam antes de irem presos, 89% disseram que não voltaram para o mesmo trabalho, contra 11% que voltaram para o mesmo serviço que exerciam antes de irem presos.

Quanto à aceitação com os colegas de trabalho 58% disseram ter aceitação e 31% disseram não terem aceitação; enquanto 6% se sentiram discriminados seguidos de apenas 5% que se sentiram rejeitados pelo empregador.

Quanto à percepção referente à reinserção profissional do reeducando penitenciário no mercado de trabalho no município de Cacoal, 47% responderam que o mercado de trabalho aceita numa boa esta mão de obra; enquanto que em 33% dos casos ocorrem à rejeição e 20% responderam que o mercado de trabalho é indiferente a sua reinserção profissional. Quanto ao apoio oferecido pela APAC 42% consideram ótimo, provando neste momento que o apoio da APAC é bem vindo, 33% bom; apenas 19% razoável e somente 6% marcaram a opção ruim.

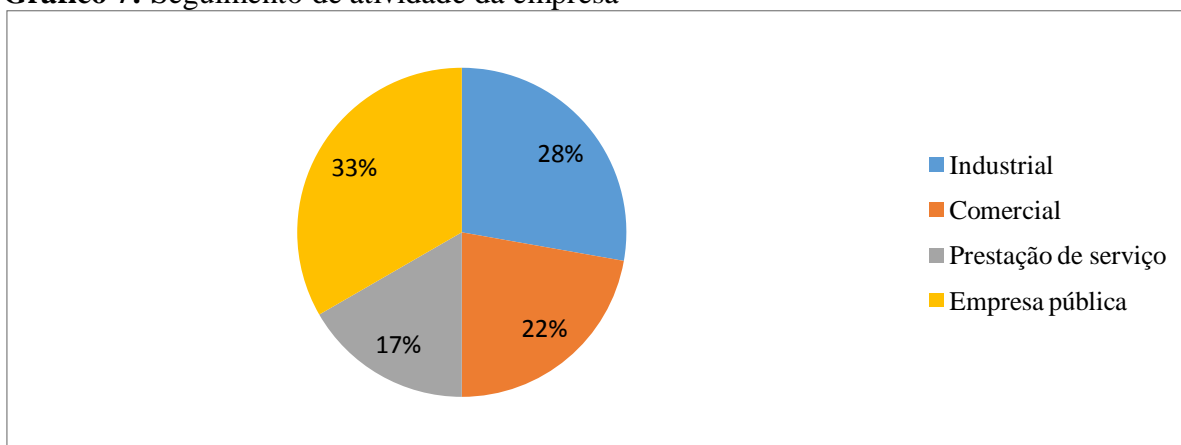
O método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado), trata-se de um tipo de presídio humanista que não utiliza polícia fortemente armada e onde os recuperandos não passam por um conjunto de rotinas rígidas de atividades para a sua recuperação, sendo que os próprios possuem as chaves da porta de saída (EVANGELISTA, 2011), só há um agente que faz o controle de saída e chegada dos apenados, segundo observações realizadas no local.

3.2 PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS QUE CONTRATAM MÃO-DE-OBRA DO REEDUCANDO PENITENCIÁRIO

O segundo grupo participante desta pesquisa são os empresários do município de Cacoal-Rondônia conveniados com a Associação de Proteção e Assistência aos condenados (APAC). A percepção deste grupo inicia na descrição do perfil dos sujeitos participantes, seguido da visão que os mesmos têm sobre os fatores que influenciam na reinserção profissional de reeducando penitenciário. A solicitação de emprego parte quase sempre de familiares próximo do apenado que tendo êxito na busca do emprego, entram com um pedido para a APAC que providencia todos os trâmites legais para a inserção do apenado ao trabalho.

3.2.1 Perfil das Empresas Empregadoras

O quantitativo de funcionários por empresa varia entre 1 (um) a 4 (quatro) por empresa. Referente ao porte da empresa 33% é pequenas empresas; 33% médias; 17% grande e 17% micro. Com relação ao seguimento de atividade segue o descrito no Gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7: Seguimento de atividade da empresa

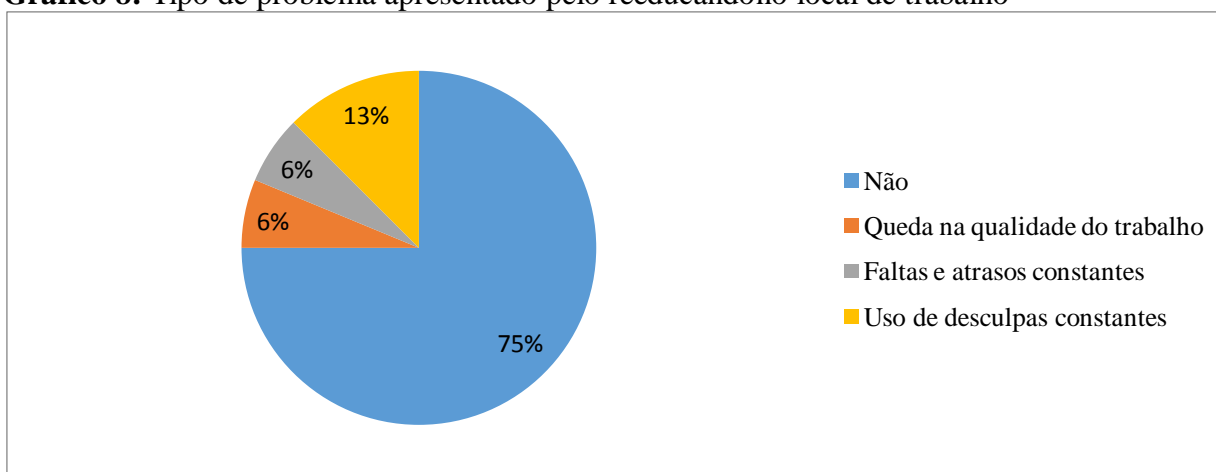
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

O seguimento de atividade das empresas pesquisadas foi de 33% empresas públicas seguidos de 28% no ramo industrial; 22% comercial e 17% prestação de serviço.

Quanto ao número de funcionários que tem na empresa atualmente incluindo os demais funcionários são de 41% de 6 a 30; 24% mais de 80 funcionários; 23% de 31 a 80; 12% até 5 funcionários. Referente ao tempo que a empresa atua no mercado 63% tem mais de 16 anos; 25% de 11 a 16 anos; 6% de 6 a 10 anos; 6% menos de 5 anos.

3.2.2 Visão do Empregador com Relação aos Apenados

A visão do empregador referente ao reeducando apresentar algum problema no local de trabalho, segue o descrito no Gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8: Tipo de problema apresentado pelo reeducando no local de trabalho

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

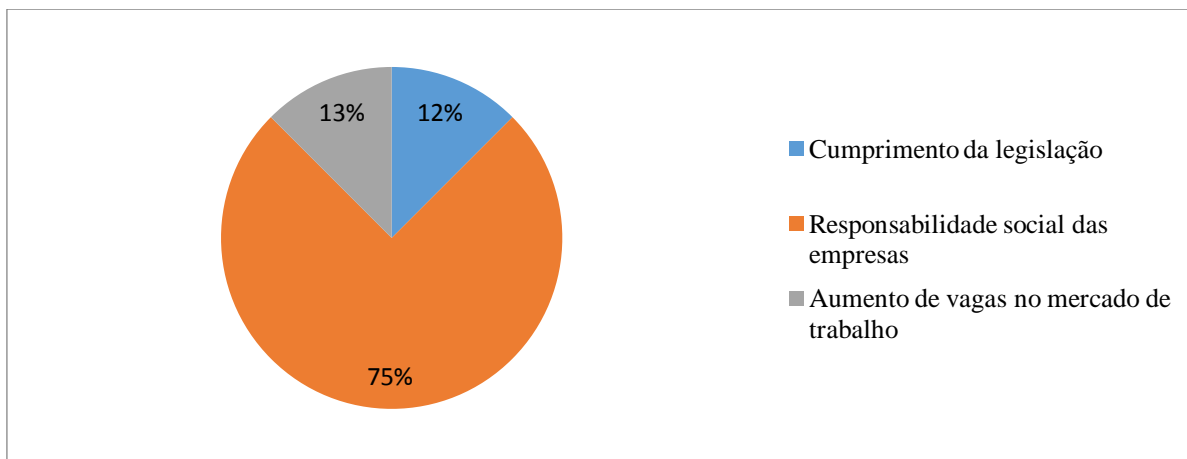
A resposta predominante foi de que 75% não possuem problemas com os reeducandos, com este percentual observa-se que o relacionamento entre reeducando e empresa é pacífico; 13% têm usado desculpas constantes; 6% têm demonstrado quedas na qualidade do trabalho e 6% faltas e atrasos constantes, o que na realidade são problemas causados por outros trabalhadores independente de serem reeducandos ou não. Observa-se que o reeducando compreende o apoio dado pelos empregadores, conseqüentemente se esforçam para que nenhum outro problema seja apresentado.

Em relação a conflitos entre os demais funcionários da empresa 88% responderam que não tiveram conflitos contra 12% que tiveram conflitos. Com relação ao interesse da empresa em acompanhar o processo penal do reeducando 94% não acompanham e 6% acompanham. Se o reeducando penitenciário já causou dano a empresa predominou com 69% os que responderam que não, mas existem outros danos que foram apresentados como: 13% acidente de trabalho; 12% furtos; 6% tentativa de fuga, até porque o objetivo destes apenados é reduzir a pena através do trabalho e não causar mais transtornos.

Referente à postura da empresa se o reeducando tivesse recaída por algum tipo de delito os entrevistados confirmaram que 71% buscariam auxílio (informaria a APAC) seguidos de 29% que disseram dar uma advertência, mas permaneceriam na empresa.

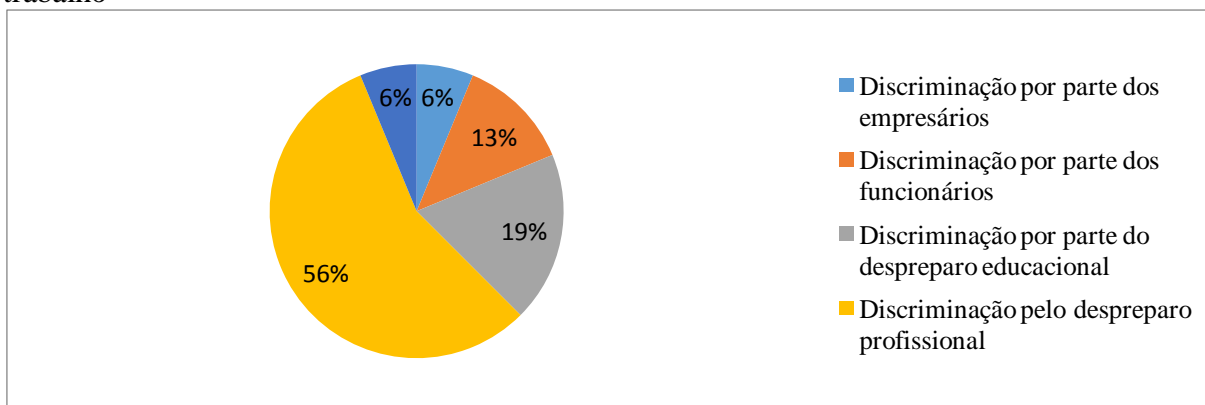
Cem (100%) dos empregadores não se interessam em conhecer a vida dos reeducandos fora do ambiente de trabalho. Quanto à postura do empregador caso um funcionário/reeducando causasse prejuízos à empresa 62% fariam responder perante a justiça; 19% demitiriam na hora; 19% dariam uma nova chance. Em relação a discriminar o funcionário pelo fato dele ter sido preso 100% responderam que não discriminariam, o que é um resultado um tanto interessante uma vez que o preconceito está presente na sociedade com relação a quem cometeu delito e foi preso.

De acordo com a visão do empregador referente aos aspectos que tem facilitado a reinserção/contratação de reeducando penitenciário no mercado de trabalho, está demonstrado conforme o Gráfico 9 abaixo.

Gráfico 9: Aspectos facilitam a reinserção/contratação de reeducando no mercado de trabalho

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

A responsabilidade social é visivelmente predominante no gráfico acima com 75% pois quando se trata de algo que pode melhorar uma situação burocrática como é o caso da reinserção de apenados no mercado de trabalho elas apoiam a causa sensivelmente. Outro fator que foi observado é que as empresas que captam a mão-de-obra do reeducando penitenciário não possuem vínculo empregatício com o mesmo, logo elas não possuem despesa com a previdência social. Mas em contra partida é obrigatório que celebre o convênio com a APAC com objetivo de repassar recursos financeiros, visando o pagamento de prestação do serviço realizado pelo apenado, conforme dispõe a Lei de Execução Penal. Quanto aos aspectos que dificultam contratar esta mão de obra, segue no Gráfico 10.

Gráfico 10: Aspectos dificultam a reinserção/contratação de reeducando no mercado de trabalho

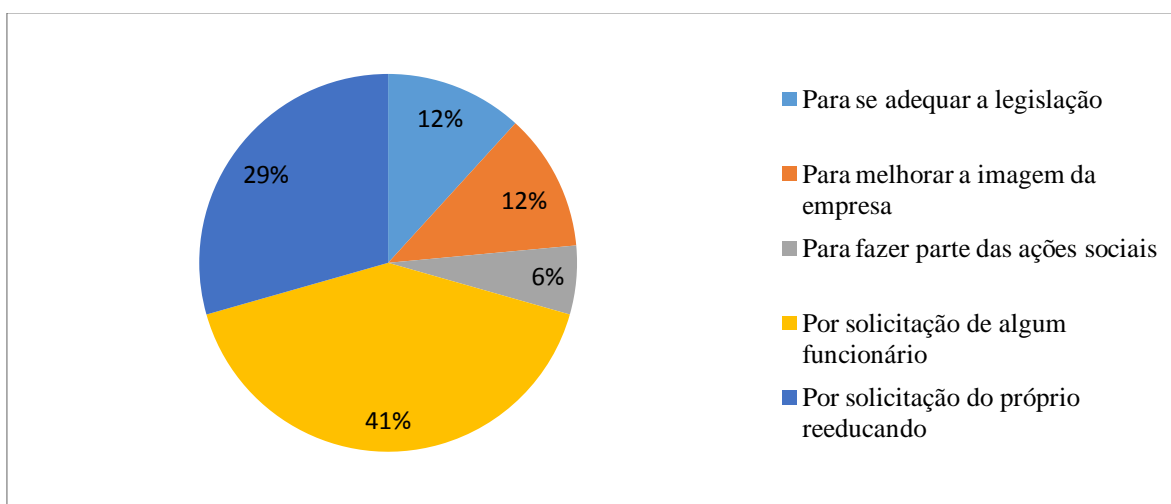
Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Referente aos aspectos que mais tem dificultado a reinserção/contratação de reeducando penitenciário no mercado de trabalho 56% disseram ter discriminação por causa

do despreparo profissional; 19% disseram discriminação pelo despreparo educacional; 13% discriminação pelos demais funcionários da empresa; 6% discriminação por parte dos empresários e 6% falta de vagas no mercado de trabalho. Com este resultado demonstra que o preconceito pessoal ficou em último plano, o que chega a ser interessante.

O Gráfico 11 a seguir demonstra os motivos que levaram a contratação de reeducando Penitenciário.

Gráfico 11: Motivo que levou a empresa a contratar reeducando



Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Mas uma vez o resultado é um tanto curioso, quanto ao motivo que levou a empresa a contratar o reeducando penitenciário, 41% responderam que foi por solicitação de algum funcionário ou familiar mais próximo; 29% por solicitação do próprio reeducando; 12% para melhorar a imagem da empresa; 12% para se adequar a legislação e 6% para participar de ações sociais.

3.3 CRITÉRIOS ADOTADOS PELA (APAC) ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO PARA REINserÇÃO DO REEDUCANDO PENITENCIÁRIO

Na terceira etapa da pesquisa, buscou-se informações da maneira que a APAC de Cacoal/RO funciona, o processo realizado é descrito na sequência. Os critérios adotados pela APAC, segundo P1, dispõe de um método de valorização humana, questão: participação da

comunidade; ajuda mútua entre reeducando; trabalho; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; formação de voluntários; implantação de centros de reintegração social; observação minuciosa do comportamento do recuperando, para fins de progressão do regime penal.

A APAC não cobra para ajudar os condenados independentemente do seu crime praticado e dos anos de condenação. Segundo os defensores apaqueano é uma forma de recuperar os reeducandos de maneira mais humana.

A entrevista procedeu como descrito na metodologia, com análise de conteúdo. A APAC é uma entidade civil de direito privado, dedicada a recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade auxiliadora dos poderes Judiciário e Executivo, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto.

O objetivo da entidade é promover a humanização do preso sem perder de vista a finalidade da pena, Greco (2010) explica que o assunto pertence a Lei de Execução penal, e que o trabalho realizado na sua dignidade humana é um instrumento de auxílio extremamente eficaz ao alcance de um dos objetivos da pena: o de reinserir socialmente os sentenciados através do trabalho.

A APAC considera os presos como reeducandos, partindo do pressuposto de que todo ser humano é recuperável, desde que haja um tratamento adequado o que condiz com Fuzzato (2009), porém cada reeducando deve cumprir normas e regras ditadas pela Associação, o trabalho deve ser uma das ferramentas essenciais para a transformação e da socialização progressiva do reeducando.

Segundo P1 (nome codificado) a APAC atua há 11 anos no município de Cacoal-Rondônia e conta com 5 (cinco) reeducandos trabalhando em empresas pública e 31(trinta e um) em empresas privadas;no total de 16 (dezesseis) empresas empregadoras. Só podem sair para trabalhar os presos que estão sob custódia da lei em regime semiaberto e aberto. Ainda segundo P1 (2014).

“(...) as empresas empregadoras desta mão-de-obra também possui vantagem em relação a gastos com encargos trabalhistas referente as contratações, uma vez que a

empresa não possui vínculos empregatícios entre empresa e os reeducandos, e consequentemente são isentas dos encargos.”

As APACs destinam-se ao acolhimento de um público específico de condenados, previamente selecionados por uma equipe técnica tais como, condenados primários ou reincidentes em determinados crimes, condenados com laços familiares, terceira idade e condenados com deficiência o que não condiz com o que a pesquisadora encontrou a campo (não encontrou nenhum deficiente), enfim condenados pertencentes a um grupo considerado de menor risco. Segundo P1 (2014).

“(...)eles vão trabalhar durante o dia como um trabalhador comum, em alguns casos o próprio advogado do apenado indica o trabalho, tem hora para sair e para chegar no albergue, e são vigiados através do sistema de monitoramento que fica na casa do albergado onde os reeducandos pousam.”

O método APAC é um exemplo em questão de ressocialização do apenado, é possível que desenvolva um relevante trabalho utilizando instrumentos de tratamento penal, há muito a fazer sobre a ressocialização e preparo para o mercado de trabalho. Conforme relata P1 (2014).

“(...) há várias empresas que estão abertas a receber a mão-de-obra de apenados, no entanto elas devem ser conveniadas com a APAC, que funciona como intermediária.”

Interessante também citar que quando foi informado que seria aplicado os questionários para os reeducandos e empregadores, a pesquisadora foi alertada para transmitir as informações com cautela, pois estes são extremamente ariscos quando se trata de passar dados particulares a terceiros.

Segundo Barreto (2009) antes de explorar efetivamente este tema, é necessário que se faça uma sucinta análise acerca do trabalho desenvolvido pelo apenado, o qual tem importante relação com a remição da pena. Tal relação existe porque, é pelo trabalho, que o condenado poderá remir parte da pena imposta. Para o entrevistado P1 (2014).

“(...) eles se comportam obedecendo as normas e regras estabelecidas pela APAC pois sabem que se pisar na bola voltam para a penitenciária no regime fechado, então eles se comportam também com objetivo de usufruir da remição penal que para cadatrês (3) dias trabalhados abona-se um (1) dia da pena.”

O procedimento descrito anteriormente corresponde ao artigo 126 da LEP (Lei de Execução Penal) de 1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a sociedade use a prisão para afastar de seu meio os indesejáveis, sabemos que esse afastamento é por tempo determinado e que estes voltarão a conviver em sociedade. Creio que esta mesma sociedade que de certa forma coloca o delinquente na prisão através dos diversos processos de exclusão e desigualdade social, deve de alguma maneira ajudar na reintegração social juntamente com o Estado.

A reinserção profissional de reeducando penitenciário é avaliado pelos autores fundamentados nesta pesquisa como um ser que tem um peso considerável para a gestão administrativa do Estado e que este precisa de parcerias para desempenhar trabalhos com eficiência. Bem como as parcerias de iniciativa privada para que assim possam obter resultados positivos em relação à reinserção profissional do reeducando penitenciário.

Em relação aos objetivos propostos pode-se verificar que foram alcançados, deste modo foi comprovados que a reinserção dos reeducandos penitenciário no mercado de trabalho acontece e possui normas e regras a ser seguidas, tanto para a empresa conveniada com a APAC quanto para o reeducando, que nem sempre podem ir à busca do trabalho deixando assim a função para amigos e familiares mais próximos.

Quanto ao investimento do poder público em políticas que visem promover a qualificação profissional do preso, bem como o incentivo à reinserção destes ao mercado de trabalho no momento oportuno, é notória a existência de projetos criados por órgãos públicos em parceria com empresas privadas e públicas. Os projetos possuem o objetivo de reinserir os apenados ao convívio social por meio do trabalho, como forma de resguardar a dignidade de cada um, fato relevante para a diminuição da reincidência.

As dificuldades enfrentadas para execução desta pesquisa, foram com a aplicação dos questionários aos reeducandos penitenciário no município de Cacoal, pois as informações obtidas para encontrar os apenados não vieram de encontro com as expectativas da pesquisadora, que ao ir nos estabelecimentos indicados já não os encontrava mais, por motivos de cumprimento da pena já haviam sido liberado pela justiça. E mais o tempo do empresário que de uma forma ou de outra tempo é considerado dinheiro.

A limitação da pesquisa em evidência foi feita no município de Cacoal-Rondônia, em busca de informações dos reeducandos penitenciário referente ao trabalho e a relação com seu empregador que possuem parceria com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), a estratégia de aplicação dos questionários para os reeducandos, foi executado pela própria pesquisadora que teve de aplicar os questionários coletivamente no albergue, e que ao chegar no albergue constatou-se que o mesmo está localizado em centro urbano sem obstáculos físicos à fuga, a vigilância não é rigorosa, possuindo apenas um agente penitenciário.

A sugestão que deixo neste artigo (ACC) como continuação desta pesquisa é que seja realizada também no campo da psicologia e avaliar como estão os reeducandos penitenciário ao voltarem para o mercado de trabalho e também optar por apenas um regime: semiaberto ou aberto, uma vez que durante a aplicação do questionário os apenados gesticulavam palavras carregadas de negatividade, sem perspectiva, dando a entender que estavam ali somente para ajudar a família com seu trabalho e remir a pena imposta pela autoridade competente. Outra questão é realizar esta pesquisa em outros municípios, afim de realizar um estudo comparativo e verificar se a realidade do funcionamento das APACs é o mesmo em outros Municípios ou Estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APAC-BRASIL, 2014. Disponível em: <http://apac-brasil.blogspot.com.br/>. Acesso em jan. 2014.
2. ASSIS, Rafael Damasceno de. **As prisões e o direito penitenciário no Brasil: histórico das prisões no Brasil, histórico das leis de execuções penais, aspectos e finalidades da atual Lei De Execução Penal Brasileira 31/maio/2007**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3482/as-prisoas-e-o-direito-penitenciario-no-brasil>. Acesso em: 5 Out. 2013.
3. AMARAL, Maria Amélia do. **A Reinserção do Apenado: Necessidades de Políticas Públicas Efetivas**. Brasília, 2012.
4. BARRETO, Sidnei Moura. **Da remição da pena**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/da-remicao-da-pena/25164/>. Artigos publicados 2009. Acesso em: 22 de Maio. 2014.

5. BESSA, Bruno Henrique Quintino; Schütz, Herbert Mendes de Araújo; Araújo, Marcela Cardoso Schütz de. **A reinserção do reeducando por meio do trabalho**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10982&revista_caderno=3>. Acesso em: 20 Nov. 2013.

6. BUTELLI, A Carynne. **APAC-BRASIL**. CCJ Rejeita Maioridade Penal e Senadores sugerem mudanças no ECA. 2014. Disponível em: <<http://apacbrasil.blogspot.com.br/2014/02/ccj-rejeita-reducao-da-mioridade-penal.html>>. Acesso em: 24 Mar. 2014.

7. BRASIL. **Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984** – Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L7210.html>. Acesso em: 04 de Jul. de 2013.

8. EVANGELISTA, Lúcia Celma. **A ressocialização do egresso**. Publicado em 2011. Disponível em: <<http://www.diritto.it/docs/32127-a-ressocializa-o-do-egresso?page=9>>. Acesso em: 11 Jun. 2014.

9. FARIA, Ana Paula. **APAC: Um modelo de humanização do sistema penitenciário**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?>>. Acesso em: 17 Mai. 2014.

10. CAMARGO, Virginia. **Realidade do Sistema Prisional no Brasil**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, IX, n. 33, set 2006. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1299>. Acesso em dez 2013.

11. FARIA, Ana Paula. **APAC: Um modelo de humanização do sistema penitenciário**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?>>. Acesso em: 17 Mai. 2014.

12. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

13. _____. **Vigiar e punir: história de violência nas prisões**. 27a ed. Petrópolis: Vozes. 1987.

14. FUZZATO, Antônio Carlos de Jesus. **Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC**. Matéria gazeta 2009. Disponível em: <<http://saojoaodelreitransparente.com.br/organizations/view43>>. C: Acesso em: 25 Nov. 2013.

15. FREITAS, Bianca Ferreira. **A essencialidade do trabalho para progressão ao regime aberto**. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro 2012. Disponível

em:<http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2012/trabalhos_22012/BiancaFerreiraFreitas.pdf>. Acesso em: 19 Nov. 2013.

16. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

17. GRECO, Rogério. **Direito Penal. Código Penal: comentado**, Rogério Greco. 4ªed. Niterói RJ: Impetrus, 2010 p.111.

18. JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. Doutorado em Ciências Sociais.Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2583/1772>>. Acesso em: Out. 2013.

19. MARCONI, Marina de A. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. Revi.eampl. São Paulo: Atlas, 2007.

20. LEMOS, Ana Margarete. MAZZILI, Cláudio. KLERING, Luís Roque. **Análise do trabalho prisional: um estudo exploratório**. Rev. adm. contemp. vol.2 no.3 Curitiba Sept./Dec. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141565551998000300008&script=sci_arttext> Acesso em: Set. 2013.

21. **Manual sobre ética em pesquisa com seres humanos**. São Paulo. Agosto de 2004, 2ª Edição Revisada, julho 2010.

22. MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução Penal**. Comentários à Lei 7.210, de 11-7 -1984, 11ª edição. Editora Atlas, São Paulo: 2004.

23. _____. **Execução Penal**. Comentários à Lei nº7.210, de 7/11/84, 9º Ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Atlas 2000.

24. MOSSIN, Heráclito Antônio. **Execução Penal: atualizado conforme a Lei nº12. 258**, de 15 de junho de 2010- Heráclito Antônio Mossin: Julho Cesar O.G. ed. Leme. Mi zuno, 2011.

25. NETO, Manoel Valente Figueiredo. MESQUITA, Yasnaya Polyanna Victor Oliveira de. TEIXEIRA, Renan Pinto. ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **A Ressocialização do Preso na realidade Brasileira: perspectivas para as políticas públicas**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 65, jun 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=630>. Acesso em Jun 2014.

26. NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual De Processo Penal e Execução Penal**, 6º edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo, ed. Revista dos Tribunais 2010.

27. OLIVEIRA, Candido Silva. **De condenado a recuperando: a convergência entre LEP e o método APAC** [manuscrito] / Candido Silva Oliveira. – 2008. 101 f., enc. Disponível em: <<http://www.funedi.edu.br/files/mestrado/dissertacoes/TURMA2/DissertacaoCandidoSilvaOliveira.pdf>>. Acesso em: Jun. 2014.

28. PINHEIRO, Raphael Fernando. **A contribuição do trabalho penitenciário no processo de reeducação do preso.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <<http://www.ambitojuridico.com.br/site/nlinke=revistaartigo leitura&artigo id=11727&revistac aderno=3>>. Acesso em: Nov. 2013.

29. PORTAL DO SIDOCA. **Reinserção social no interior. Amazônia notícia urgente** /novembro 2013. Disponível em: <http://www.portaldosidoca.com.br/index.php?option=com_zoo&task=item&item_id=279&Itemid=536>. Acesso em: Jun. 2014.

30. QUINTINO, Eudes Junior. **Regime aberto: prisão domiciliar x Casa do albergado.** 2011. Disponível em: <<http://atualidadesdodireito.com.br/eudesquintino/>>. Acesso em: 26 Out. 2013.

31. REIS, Djulhi Prado dos. SALES, Edna Rodrigues de. CHAGAS, Kawana Okubo. COSTA, Lindinalva Alves da. MATIVE, Suelen Nara Matos. **A importância das ações de reintegração social desenvolvidas no sistema prisional para o retorno do preso junto a sociedade.** Presidente Prudente, 08 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Social/article/viewFile/2708/2487>> Acesso em: 30 de Maio. 2014.

32. SANTOS, Dália Maria Maia. **A reintegração dos egressos do sistema prisional.** Conteúdo Jurídico, Brasília: 29 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.32706&seu=1>>. Acesso em: 26 Nov. 2013.

33. SANTOS, Vera Lúcia Silano Domingues dos. **O papel desempenhado pelo trabalho do(a) preso(a) no seu processo de reinserção.** Monografia apresentada à coordenação de Pós-Graduação da Universidade do Paraná. Curitiba 2003. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_vera_lucia.pdf>. Acesso em: 30 de Mai. 2014.

34. SEJUS. Secretaria de Estado e de justiça dos Direitos Humanos, 2012.

35. SOUZA, Fernanda Ribeiro de. **Reinserção de Dependentes Químicos No Mercado De Trabalho no Município de Cacoal- RO 2014.**

36. SILVA, Adriano Camiloto; TORRES NETO, Diogo Gonzaga; QUINTINO, Simone

Marçal. **Manual do artigo científico do curso de Administração.** Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Cacoal, Cacoal: 2010.

37. TEIXEIRA, Rodrigo Moraes. **Sistema Penitenciário. aspectos positivos e negativos.** Presidente Prudente/SP Outubro/2004. Disponível em:
<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/254/24>> .Acesso em: 9 Set. 2013.

38. VASCONCELLOS, Jorge. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Agência CNJ de notícia 2010. Disponível em:
<http://www.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_apac.pdf, no site do TJMG> Acesso em: 24 Nov. 2011.

39. SILVA, Jane Ribeiro. **A execução penal à luz do método APAC / Organização da Desembargadora.** - Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2011. Disponível em:<
http://ejef.tjmg.jus.br/biblioteca/doc/Livro_ExecPenal.pdf>. Acesso em: agosto. 2014.

40. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2009. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109781>> . Acesso em: 10 Set. 2013.

41. WALTERS, Edina. **A reinserção social pelo trabalho.** Curitiba, PR. 2003. Disponível em. <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_ednaw.pdf>. Acesso em: Set. 2013.